

# A geografia portuguesa do tempo democrático [1974-2010]. Esboço histórico-síntese das primeiras décadas de democracia na geografia e nos geógrafos em Portugal<sup>a</sup>

Portuguese Geography in the Democratic Era [1974-2010]. A historical outline and summary of the first decades of democracy in geography and geographers in Portugal

Miguel Sopas de Melo Bandeira \*<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade do Minho

<sup>a</sup>Texto revisto, adaptado e atualizado, decorrente da conferência de abertura do Colóquio Ibérico de Geografia, em mesa-redonda partilhada com: Rubén Lois (USC); Antónia Casellas (UB); e José Ant<sup>o</sup> Tenedório (UNL) – *As Geografias Ibéricas: Analisar o Passado e Perspectivar o Futuro; XII Colóquio Ibérico de Geografia*, Porto, 6 a 9 de Outubro 2010; Porto, Biblioteca Almeida Garrett, 6 de Outubro de 2010.

à memória do José Alfredo<sup>1</sup>

---

## Resumo

Trata-se de um esboço histórico evocativo dos primeiros 35 anos da geografia e dos geógrafos do Portugal democrático, que foi apresentado na conferência da sessão de abertura do *XII Colóquio Ibérico de Geografia*, Porto, (2010). Neste texto pretendemos apontar as principais referências que marcam a evolução desta particular comunidade do conhecimento no período correspondente à implantação do regime democrático em Portugal. Isto é, desde o 25 de Abril de 1974 até 2010, incluindo algumas das referências matriciais antecedentes, que nos ajudam a compreender melhor o contexto da sua afirmação. Através, sobretudo, da revisão dos principais textos analíticos, expressão de autoconsciência das referências e memórias dos seus protagonistas, sobretudo, académicos e professores, não pretendendo mais do que deixar as nossas impressões reflexivas, o nosso testemunho vivencial desde a periferia, relativo à interação dos seus estratos geracionais, da eterna dialética entre os “clássicos” e os “novos”; característico de todas as épocas; dos elementos que revelam a profissionalização da área do conhecimento; enfim, de alguns dos marcadores identitários, que são um contributo para a sua compreensão.

*Palavras-chave:* Geografia. Geógrafos. Geografia portuguesa. Escolas geográficas. Academia e democracia. Transformações sociais.

---

\*Email: [sopasbandeira@gmail.com](mailto:sopasbandeira@gmail.com)

- <sup>1</sup> José Alfredo de Vilhena Alencão Marques (1957-2007), Estudante de geografia da Universidade do Porto, do virar dos anos de 1970/80, que desde essa condição protagonizou muitas das reflexões e dos intensos debates que mobilizaram então os geógrafos “clássicos” e os “novos”, contribuindo assim para a afirmação da escola de Geografia do Porto, que então despontava.

Cadernos de  
**Geografia**

doi: [https://dx.doi.org/10.14195/0871-1623\\_52\\_01](https://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_52_01)

Recebido a:  
18 de setembro de 2025  
Aprovado a:  
04 de novembro de 2025

## Abstract

This is a historical sketch evocative of the first 35 years of geography and geographers in democratic Portugal, presented at the opening session of the XII Iberian Geography Colloquium, Porto, (2010). In this text, we aim to highlight the main references that mark the evolution of this particular community of knowledge in the period corresponding to the establishment of the democratic regime in Portugal – that is, from April 25, 1974, until then – including some of the preceding references that help us better understand the context of its emergence. Through, above all, a review of the main analytical texts, an expression of self-awareness of the references and memories of its protagonists, especially academics and professors, we intend to offer only our reflective impressions, our experiential testimony from the periphery, regarding the interaction of its generational strata, the eternal dialectic between the “classics” and the “new” – a characteristic of all eras – of the elements that reveal the professionalization of the field of knowledge. Finally, some of the identity markers that contribute to its understanding.

*Keywords:* Geography. Geographers. Portuguese geography. Geographic schools. Academia and democracy. Social transformations.

## 1. Condição e termos de referência

Tendo sido solicitados a apresentar, ainda que breve, um ensaio sobre a história recente da geografia em Portugal, impõe-se-nos enunciar alguns considerando prévios decorrentes tanto da exigência da demanda, como da consciência plena, que assumimos, de reconhecer que não há exercícios neutros nesta matéria. Desde logo, porque a condescendência que é tolerada à especulação do futuro é inversamente proporcional à exigência que cada um de nós faz das leituras do passado, diríamos mesmo, da perspectiva que, enquanto atores, cada um tem das suas próprias memórias. O passado, sobretudo, o passado recente, é sempre o mais egocêntrico e dramático de todos, enquanto o futuro se aproxima da promessa e do lúdico. Ambos, contudo, são sempre narrativas de poder.

Para se fazer a história do que quer que seja, muito particularmente, para se fazer o esforço de pretender fixar numa síntese tudo aquilo que, arriscaríamos dizer, é mais ou menos lapidar – e note-se que lápide está associada à morte, à inscrição de uma memória em pedra, que pode conter ou não um epitáfio, mas que certamente inclui a identificação e as datas limite – diríamos, a história de uma parcela da evolução do pensamento científico, que é também a de uma comunidade pouco numerosa, na maior parte, de docentes e de investigadores. Ainda para mais, ligada igualmente a um retalho de território/mundo que nos unifica na identidade, Portugal e os portugueses, para além de não ser tarefa fácil (sabemos que é um lugar-comum dizê-lo!), é sempre um ensaio complexo, porque não sendo possível evitar a omissão ou a sonoridade das referências, também é lúcido reconhecê-lo, mais do que vivificar algo ou alguém, mata sempre muito mais. E, no entanto, há que saber viver com isso, há que inevitavelmente sofrer o risco e o esforço desse ato contínuo e permanentemente inacabado, remataríamos dizendo, de exercício identitário, mas também civilizacional. A propósito, de entre diversos escritos memoriais sobre a geografia em Portugal, e já vão sendo consideráveis os que são dados à estampa, quer os que se

pretextam nas publicações de homenagem aos Mestres que se aposentam, às comemorações que se exaltam, quer, muito particularmente, os que se enquadram na consciência do tempo decorrido, recordamo-nos particularmente de um, que concluía com uma sugestiva epígrafe de uma citação de Eduardo Lourenço, que bem pode servir de mote à nossa reflexão. Isto é, “Só temos o passado à nossa disposição. É com ele que imaginamos o futuro”.

## 2. Pressupostos historiográficos a considerar

Por tudo isto teremos de ter em consideração alguns pressupostos prévios, designadamente, sobre a posição, o método e as questões com que abordamos o tema, para melhor compreender o sentido e o alcance imaginado para a presente reflexão.

Desde logo assumir o carácter periférico donde nos posicionamos e a hibridiz de um olhar, autobiográfico, admitamo-lo, mas próprio de quem vive e labora próximo da fronteira. Alegamos a fronteira mais do que num sentido metafórico, sobretudo, quando para além de todos os vaticínios que hoje decretam a sua extinção<sup>2</sup>, os mais diversos limites subsistem tão nitidamente reconfigurados no nosso imaginário coletivo, como seja no exemplo daquela visão americana, ainda que clássica, de *fronteira*, tão bem expressa por Kevin Costner no filme “Danças com Lobos” (1990), baseado na novela do mesmo ano, de Michael Blake. Digamos, assumir o desafio do geógrafo face à alteridade permanente dos contactos, associada à difusão e à dinâmica dos limites, tantas vezes, confessemos-lo, vivida debaixo de uma prolongada solidão.

Se é certo que a nossa condição se associa à distância, não menos seguramente presume-se que garanta uma maior isenção em matéria de tão prováveis suscetibilidades face a outros pontos de vista, sobretudo, em tema como este que, por se encontrar permanentemente em aberto, dá-nos a certeza plena que cada um dos presentes terá sempre muito a dizer sobre o assunto. De facto, o enunciado do nosso contributo não se fundamenta propriamente em qualquer estudo sistemático, mesmo que expedito, da realidade que queremos refletir, mas tão só do questionamento suscitado pela revisitação de algumas fontes, do reler cruzado de uma temática já consideravelmente documentada, revendo até, alguns textos quase esquecidos, e, finalmente, de ponderar algumas ideias tidas por definitivas, partindo da impressão espontânea da nossa vivência e nas condições possíveis de as reunir nestas circunstâncias.

Por outro lado, ao falarmos da geografia portuguesa intramuros nos primeiros 36 anos da democracia, isto é, perante alguns protagonistas do próprio enredo e, então, como nos identificávamos, de geógrafo para geógrafos, impunha-se evitar essa síndrome habitual que ocorre em muitas das nossas circunstâncias coletivas, que é persistir na ingloria liturgia do autoelogio, passe a expressão, da obrigação, também ela autoimposta, de “pregar para convertidos”.

Na realidade, a história recente da geografia tem-se diluído na narrativa dos geógrafos que a têm protagonizado e das geografias universitárias que correspondem aos seus desígnios de ofício. Ou seja, como notou Claudino (2006), é uma história

<sup>2</sup> Não há dúvida que, 15 anos passados, as fronteiras aí estão, de novo viçosas...

centrada nela própria, reflexa da dialética dos seus poderes, das suas idiossincrasias e dos desafios que se auto-impôs. De facto, esta abordagem não tem valorizado tanto os conteúdos e a *praxis* da geografia em si, mas sobretudo a estrutura formal do ofício e dos oficianes que a exercem, isto é, os protagonistas universitários, as redes de relacionamento interpessoal e as suas obras, as instituições pedagógicas e científicas, os *currícula* e as reformas legais, os eventos marcantes e as publicações académicas. Mais próximo da presente apresentação, passou-se a valorizar o associativismo profissionalizante e os domínios de interação nacional e internacional, todavia, subestimando ainda a penetração dos geógrafos nos mais diversos domínios extradisciplinares e extraprofissionais<sup>3</sup>, o impacte social da geografia e a evolução da sua perceção e representações ao nível do senso-comum, as asserções biográficas dos geógrafos, e as inúmeras geografias sem geógrafos, que sempre existiram e constituem património inalienável deste *corpus* do conhecimento.

É preciso refletir sobre as próprias condições em que se pode fundamentar o exercício histórico e memorialístico da geografia e dos geógrafos em Portugal. Sendo que, de imediato, nos ressalta a inevitável questão prévia que se nos afigura colocar. Será a Geografia portuguesa tão-somente aquilo que nós somos e que, melhor do que ninguém, pensamos saber melhor do que os demais aquilo que é? É assim?! Ousaríamos partilhar esta inquietação socrática. E sendo afirmativa a resposta, será então verdade que nos conhecemos assim tão bem a nós mesmos para que qualquer abordagem deste tipo, mesmo seguindo os critérios e os métodos que nos são tão caros, como discorrer sistematicamente por factos e ideias, apresentar estatísticas, cartografias de influências, poliedros de relações, redes de cumplicidades, etc., seja condição suficiente para responder ao desafio? Será assim tão óbvia ou conclusa, como pensarão alguns de nós, que não ofereça dúvidas ou novidades?!

Não querendo antecipar conclusões, diríamos então que um dos vários desafios que temos pela frente é, naturalmente, o de nos conhecermos melhor a nós mesmos. Importando, talvez, com isso, interessarmo-nos cada vez mais pelo olhar que os outros têm sobre nós, salvaguardando, naturalmente está, mas que não seja só, no inebriamento dos nossos contextos celebrativos, mesmo quando “os de fora”, enquanto nossos convidados, nos falam encomiasticamente dos geógrafos e da geografia. Isto é, na certeza confortável e expectável de que não denegam o anfitrião.

Todavia, e de um modo incontornável, é ainda através dos meandros da geografia académica que podemos precisar os principais arquétipos da geografia portuguesa nestas primeiras décadas da democratização do País. “A visibilidade social da Geografia na sociedade portuguesa está inequivocamente associada à sua presença no ensino superior” (Claudino, 2006), e, por consequência, à geografia veiculada pelo ensino obrigatório.

Por fim, como último considerando prévio, ao referenciar a geografia à rutura contemporânea pela democratização do País, tanto para avaliar o que, entretanto,

<sup>3</sup> Então como hoje, por força da flexibilidade dos regimes de emprego e trabalho, são cada mais os graduados em geografia que vão diversificando a sua atividade e as suas competências profissionais para lá do que era programado ou suposto fazerem. Valerá a pena estudar os trajetos pessoais destes geógrafos e o impacte externo das competências geográficas adquiridas nos mais diversos sectores.

se passou, como para compreender o que ousamos configurar, teremos também de problematizar o que daí decorre. Dir-se-ia, assim, assumir o impacto e os riscos da geografia na *polis*, e o contrário, que também é válido. Isto é, o que da participação da geografia e dos geógrafos no decurso das primeiras três décadas de democracia contribuiu para o cumprimento dos desígnios mais gerais e reais da nossa razão de ser e do que podemos entender ser a nossa missão.

### 3. Dos antecedentes à democracia: a afirmação de uma disciplina e de uma comunidade científica

Então, da geografia e dos geógrafos portugueses de há três décadas e meia ao final da primeira década do século XXI, começaríamos por afirmar, sem surpresa, que continuaram a ser estruturalmente os mesmos, e que os demais que, entretanto, foram chegando, adquiriram e conservaram um forte sentido de autorreferenciação identitária.

É verdade que isto pode não ser suficiente para os identificar, mas diríamos, ainda hoje continua a ser uma identificação claramente assumida. Aliás, tal como o evidenciam muitas outras realidades orgânicas da sociedade portuguesa que atravessaram a longa ditadura – e que agora se reavalia mais desapassionadamente por força do distanciamento do tempo, desse tempo histórico que supera o tempo dramático – para além da glória dos testemunhos vivos, muitas das inércias, da durabilidade do modo de estar e das práticas exercidas até hoje, estamos cientes, transitaram mais sob a continuidade do fio evolutivo dos processos do que propriamente de sobressaltos fraturantes. Ainda que, daí para cá, se possa achar prematuro fazer história da geografia portuguesa, pensamos que a crónica da geografia do Portugal democrático é já suficientemente explícita para desmentir, como durante algum tempo se pensou, e alguns arautos atrás vaticinaram, tratar-se do momento de entrada numa nova era da geografia nacional.

Essa fixação crónica pelas novas ou renovadas Geografias que, como já notou J. Gaspar (2005), devem merecer reflexão, por não se poder calcular exatamente quantas são, ou consensualmente as balizar no tempo, mesmo que, entre nós, a apetência pelo seu ensaio seja reportável à *grande turbulência dos anos de 1974 a 76* [que] *pode ter deixado o gosto pela alteração frequente dos processos* (Salgueiro, 2005), estamos em crer que são, sobretudo, para o caso, a constatação de que, também pela geografia, as transformações emanadas dos seus principais focos irradiadores, chegaram com um tempo cultural de atraso e que os acontecimentos decorrentes do 25 de Abril de 1974 serviram essencialmente para catalisar os processos que já germinavam.

De facto, as grandes transformações na geografia portuguesa após o 25 de Abril de 1974 vêm já prenhes do período anterior, como também o modelo de geografia dominante que se fazia antes persistiu em projetar-se mais para lá, através de alguns sulcos profundos e de todos bem conhecidos.

Se é verdade que há alguma coincidência cronológica entre o acentuar das mudanças de rumo por via de novos atratores, tanto na geografia portuguesa como com o que acontecia com a sociedade em geral, não menos importará o efeito das an-

tecedências, de algumas resistências, mas também dos processos de adaptação, que nos permitem hoje descobrir, como agora é uso dizer, traços de resiliência comuns. De facto, em meados dos anos setenta, os geógrafos e as geografias que, entretanto, se afirmaram não marcam nem uma rutura geracional de protagonistas, nem se altera bruscamente o modo de fazer geografia em Portugal. Tal como o País de “brandos costumes” que somos, a geografia percorre o longo trajeto evolutivo trilhado por uma reduzida comunidade, praticamente toda ela professoral, pelo modo de estar, tanto no plano académico universitário como no sistema geral de ensino instituído. Daí que, nem os geógrafos do anterior regime se podem considerar isolada e especificamente indexados ao autoritarismo anterior, como os que vieram a afirmar-se depois, diga-se, não o fizeram por qualquer rompimento institucional. Acrescente-se até que, nem no período mais rubro dos cravos, além dos circunstancialismos inerentes aos curtos e episódicos momentos de vazio de poder, onde foram experienciadas, sobretudo, algumas transgressões de carácter pedagógico, não há notícia de que os geógrafos tenham merecido o epíteto de revolucionários, ou mesmo sequer a geografia tenha alguma vez constituído um alfofre de sublevação social nas academias. Pelo contrário, veja-se mesmo o exemplo do modo sumariamente pacífico como ocorreu a transição de regime sem que tivesse havido os célebres “saneamentos”, que agitaram mais vigorosamente outras comunidades da academia e, simultaneamente, a rapidez com que foram integrados os geógrafos que vieram do ultramar (Gaspar, 2005, p. 43).

Não menos despiendo para revisitar o que então sucedeu, será de notar que, pouco antes da revolução, ocorreu a alteração “natural” dos *curricula* universitários, já sujeitos em 1971/72 aos efeitos da reforma das Faculdades de Ciências, onde decorriam parte das disciplinas do curso de geografia. As alterações, entretanto, avançadas não corresponderam, porém, a um corte conceptual, irreconhecível tanto para aqueles que pontuaram antes como para os que emergiram depois. Mesmo no seio dos estudantes, onde há notícia, depois da crise académica de 1969, destes terem participado em reuniões com os professores com vista a essa finalidade (Rebelo, 1986, p. 8), e que se saiba, não estiveram nem uns, nem outros completamente apartados dessas transformações.

Na sua generalidade, os protagonistas não deixaram de ser os mesmos, pautando-se no passado por um distanciamento formal, ou, pelo menos, de não envolvimento direto com o regime político anterior. Em boa verdade os novos programas surgidos da revolução foram concebidos com os métodos de sempre. Para além de algumas críticas expressas relativas às finalidades formativas ou de impraticabilidade de alguns objetivos, por falta de realismo nos meios disponíveis, para o caso de Coimbra, como afirmará J. M. Pereira de Oliveira (2003, p. 28), “onde afinal nem tudo era, como se pretendeu, ‘tempo perdido’ e, sobretudo, fundamentalmente errado”, também “nem tudo o que havia sido feito em 1974/75 estava errado” (Rebelo, 1986, p. 9), pelo que se pode dizer que houve uma transição “geográfica” tranquila entre ambos os períodos políticos. Em síntese, diríamos que o virar da metade dos anos setenta não se impôs entre nós propriamente como uma referência fraturante de gerações de geógrafos na geografia portuguesa.

Para caracterizar o ambiente da geografia, no período que imediatamente antecedeu a revolução de 1974, começaríamos por salientar a edição de um primeiro *Livro-Guia do Curso de Geografia*, subscrito por Ilídio do Amaral da Universidade de Lisboa. Veja-se que, pela feliz coincidência da data, precisamente o ano letivo de 1973/74, o mesmo do movimento militar dos capitães de Abril, e que serve de testemunho insuspeito e espontâneo para nos dar conta do estado da geografia neste período de viragem histórica do País. De facto, não deixa de ser curioso notar que um instrumento deste tipo, sendo já a evidência da necessidade da instituição formadora se confrontar com o aumento do número de estudantes de geografia, resulta ainda de uma iniciativa e chancela de autor. Neste sentido, o *Livro-Guia* é uma fonte insubestimável para o conhecimento e a compreensão do nosso tema. A geografia que aí se proclama exprime a hegemonia de uma opção canónica, dir-se-ia, clássica, indexada à denominada *escola Francesa*, onde pontuam nomes como E. Martonne e R. Clozier; um guia do estudante A. Cholley, em tradução francesa; P. Claval, este com a nota de ser editado em Londres; P. Gourou e ainda outros. Depois de umas breves referências de abertura, onde as asserções conceptuais explanadas não deixam margem para dúvidas quanto aos modelos adotados, o anfitrião ao invocar assumidamente uma citação do Mestre de referência, Orlando Ribeiro, extraída do texto introdutório da *Iniciação à Geografia Humana* (1972), define que “A Geografia é, portanto, uma ciência ecológica”. No entanto, reconhece a impetuosidade das “transformações, se não mais profundas, mais rápidas e espetaculares que a sociedade tem atravessado”, designadamente, as ‘alterações’ revolucionárias no campo das ideias e da ciência, bem como das demais suposições que se poderiam auspiciar, pela convicção milenar de então faltarem “apenas 27 anos” para essa mítica chegada ao ano 2000. Ilídio Amaral, com a intuição que então se cultivava, salientava os efeitos que “estão dentro da esperança de vida da juventude da maior parte dos países” – todavia, note-se, não suspeitando o que viria a ocorrer na sociedade portuguesa alguns meses depois – premonitoriamente anunciava a chegada de *tempos novos*. Releve-se, a propósito, que o próprio autor mostrara já em apontamentos anteriores (1968/72) a consciência e o interesse por refletir a história da geografia em Portugal. O manifesto incluído no *Livro-Guia* não ficaria, porém, por aí já que reconhecia um novo atractor do pensamento e da *praxis* geográficas, esclarecendo que “vários geógrafos se têm lançado resolutamente no caminho da *previsão*”. Com efeito, no final do corpo introdutório do citado guia, evidenciando uma clara consciência dos tempos que se viviam, Ilídio do Amaral dá-nos conta dessa tensão epistemológica, de transição teórico-conceptual e metodológica, aportada entre nós pela emergência da *geografia aplicada*. Confrontando essa realidade e reagindo a essa constatação, deixará na parte final das páginas introdutórias uma mensagem aos estudantes que então frequentavam o curso de geografia, invocando com esse fim uma passagem de um texto publicado no ano anterior, de Orlando Ribeiro – “Nouvelle Géographie et Géographie Classique”, na *Finisterra*, Lisboa, 1972 – com a recomendação clara para acolherem a complementaridade entre ambos os métodos. Isto é, aceitem o compromisso entre as razões da *nova geografia* que se adotavam e a justeza das metodologias que permitiriam prosseguir com “La description et interprétation des paysages terrestres”.

Nessa altura, a memória dos tempos pioneiros de Silva Telles, no início do século XX, em Lisboa, e de Ferraz de Carvalho, em Coimbra, eram já uma imagem distante, todavia, presente, para a pequena comunidade académica que se ia afirmando lentamente, até meados do século, como disciplina científica no seio da universidade portuguesa. Sobretudo, por via das sucessivas reestruturações curriculares que clarificaram o seu espaço, mas também pela criação de centros específicos de investigação (Centros de Estudos Geográficos – 1948 (Lisboa) e 1949 (Coimbra), e pela afirmação das primeiras publicações especializadas, que tiveram por principal destinatário institucional as Faculdades de Letras. A geografia nacional, não sendo propriamente cosmopolita, porque o País também não o era, projetou-se para além dos seus focos irradiadores internos, Lisboa e Coimbra, mais do que seria de esperar, diga-se, em verdade, graças à ação e ao reconhecimento nacional e internacional de alguns dos seus principais mentores. Por um lado, a partir de Coimbra, e da relação que a universidade sempre reivindicou num País que é o nosso, essa centralidade ontológica que não é só histórica ou simbólica, porque ela é também territorial, num processo unificador com profundo impacto na geografia das instituições e do senso comum (cf. os trabalhos de Amorim Girão, alusivos aos temas da *divisão regional* (1933); e o *1.º atlas de Portugal* (1941, 1ª ed.), veiculados através da forte influência do sistema de ensino e do alcance público da personalidade de Amorim Girão. Por outro lado, em Lisboa, na ainda capital de um império tardio, internacional mais por disposição do que pela dimensão coletiva do País, cuja excecionalidade de Orlando Ribeiro soube e pode suplantar. Ou seja, uma geografia para além daquilo que eram as expectáveis condições gerais de afirmação externa, próprias de uma limitada e antiga nação, neutral durante a guerra e, depois dela, crescentemente isolada do estrangeiro. Por outro lado, os efeitos gerais do pós-guerra e a sustentação da expressão colonial portuguesa também participariam desse desígnio que contribuiu para a visibilidade *multilatitudinal* da geografia nacional. Atente-se, por exemplo, aos contactos pessoais internacionais privilegiados e da passagem de alguns refugiados famosos entre nós (ex. P. Birot); pelas inegáveis condições de oportunidade para a realização do celebrado XVI Congresso Internacional de Geografia da UGI, ocorrido em Lisboa em 1949 (que contou com 779 participantes oriundos de 37 países); quer ainda, mais tarde, pela criação de estudos universitários de geografia nas universidades coloniais africanas de Luanda e Lourenço Marques (1965)<sup>4</sup>.

É esta geografia suave, temperada pelas deambulações curriculares e reformistas, quer da parte universitária, quer das solicitações do sistema de ensino/formação de professores, em geral, em busca do seu espaço específico e do reconhecimento interdisciplinar, que se consolida como uma disciplina científica nos anos de 1950 e 60, e que assim chegará ao advento da democratização do País. Uma geografia, porém, e ainda, concebida matricialmente como uma “Ciência da Terra”, antes de tudo fortemente imbricada no trabalho de campo, penhorada a uma dimensão telúrica, mantida e preservada como uma especialidade comunitária nas Faculdades de Letras, onde “o trabalho de campo [se afigura] como importante instrumento na

<sup>4</sup> O Decreto-Lei n.º 44530, de 21 agosto de 1952, criou os Estudos Gerais de Luanda e Lourenço Marques.

transmissão da cultura portuguesa”, e de expressão identitária do modo de ser e de estar coletivos.

Nos temas abordados incide-se, então, nos estudos regionais, de forte inspiração na *escola francesa* tradicional. Aliás, resultante dos contactos pessoais privilegiados existentes nesse País, e também em Espanha, onde se cultivava uma expressão narrativa erudita e um laborioso trabalho artesanal cartográfico e iconográfico do território: “Os mapas eram desenhados. (...) as escalas dos mapas eram pequenas, abundava o esboço o esquisso, o contacto direto com as populações rudes, o sol e os caldos, o vinho...” (Oliveira, 2003).

A partir do final dos anos cinquenta, a geografia espelhará fielmente as transformações das universidades portuguesas. Com o Decreto de 30 outubro de 1957<sup>5</sup> as Licenciaturas experimentam uma maior diversificação disciplinar, consubstanciada na especialização dos saberes, denotando uma tendência crescente para uma maior articulação com as finalidades profissionalizantes. Timidamente são introduzidas algumas valências anunciadoras de uma *geografia aplicada* que, aliás, passava a ser frequentemente evocada nas intervenções e escritos dos Mestres, mais do que realmente o vinha a ser efetivamente na prática. Atribui-se mesmo a Orlando Ribeiro o facto de este ter influído diretamente no quadro legal da presente reforma de 1957, que criou as licenciaturas em geografia, e que expressamente fixou no desígnio legal a preocupação profissionalizante do geógrafo.

Paralelamente são feitos ajustamentos legislativos<sup>6</sup> tendentes a agilizar a formação de professores destinados a municiar o sistema público com a capacidade para este responder ao aumento da população estudantil. Mais a mais, desde a segunda metade da década de 1950 que se aprofunda a presença do ensino e da investigação da geografia nas colónias ultramarinas, envolvendo geógrafos de Lisboa e Coimbra.

Pelo correr desta época o expoente do modelo de geógrafo continua a ser o de um Professor de vastos e profundos saberes, um *Mestre* de conhecimentos e competências ecléticas, estimulante e dotado de uma grande vivência, com grande capacidade de comunicação, ao ponto de exercer um fascínio tutelar nas sucessivas gerações de estudantes que iam passando pelos cursos. Das suas memórias vigora igualmente uma grande e disseminada expressão da melhor imagem pública da geografia. O número reduzido de intervenientes no processo de ensino-aprendizagem, a proximidade convivencial das visitas de estudo, a diversidade de conhecimentos que os métodos da geografia ensinada convocavam, as limitações dos recursos educativos, o contexto da própria vida académica de então, consignaram aos seus protagonistas mérito e reconhecimento. Sem desprimor para quantos outros que souberam e puderam cultivar este ascendente sobre os alunos, e foram vários, arriscaríamos, ainda que impressivamente, sobretudo, pela frequência das gratas evocações ouvidas, e pelo lastro de histórias que lhe estão associadas, a destacar Alfredo Fernandes Martins (1916-1982), o *Fred* de Coimbra, como uma espécie de paradigma deste perfil de geógrafo, também conhecido como “poeta, artista e cidadão”. Quiçá, podemos aí encontrar a causa de a geografia ter passado à ilharga de muitos dos excessos que estavam para

<sup>5</sup> DG, de 30 de outubro de 1957, I Série, N.º 246.

<sup>6</sup> Decreto-Lei n.º 48627, de 12 de outubro de 1968 e o Decreto-Lei n.º 49072, de 20 de julho de 1969.

vir nos anos quentes da revolução; diríamos que tal se deveu ao modo próximo de convivência entre professores e estudantes que o presente exemplo tipifica.

Nos anos sessenta são introduzidas novas disciplinas no currículo, sobretudo, voltadas para as problemáticas do desenvolvimento, das quais os Planos de Fomento constituirão um pretexto de reflexão da própria aprendizagem. Os centros de investigação adquirem então maior protagonismo, designadamente, com o estabelecimento e crescimento de um quadro de técnicos (desenhadores, motoristas, documentalistas, etc.) e de colaboradores permanentes; com o reforço das bibliotecas e dos acervos documentais; o aumento dos espécimes cartográficos, da fotografia aérea, etc. Adquirem-se viaturas de todo-o-terreno (1964). Em Lisboa organiza-se o *I Seminário Internacional de Geografia*, Lisboa 1967, CEG/FCG, que conta com duas centenas de inscritos.

No mesmo sentido, no princípio dos anos setenta, já durante o ocaso do regime político, surgirão outros novos articulados legais<sup>7</sup> que virão a reformar as Faculdades de Ciências, tendo implicações diretas nos cursos de geografia. Particularmente o Decreto-Lei de 1972<sup>8</sup> que, entre outras consequências notáveis, cria a Licenciatura em Geografia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, abrindo assim caminho ao anúncio da interrupção do longo ciclo de exclusividade geográfica circunscrita a Lisboa e a Coimbra. Facto que, todavia, só se consubstancia após o 25 de Abril de 1974. Por outro lado, será também no desenrolar deste período, para além de uma ou outra experiência pontual que tenha ocorrido circunstancialmente – como já acontecera antes na Escola Superior de Belas Artes do Porto, com a reforma encetada pelo arquiteto Carlos Ramos, onde se introduziram conteúdos geográficos na formação de arquitetos – que também se passou a lecionar geografia noutras escolas da academia, como o Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina (Lisboa) e nas Escolas de Belas Artes (Lisboa e Porto), onde existiam cadeiras de geografia nos cursos aí ministrados (Amaral, 1973/74, p.17).

O princípio dos anos setenta abre com novas perspetivas de relacionamento académico. No plano interno/externo será de salientar o desenvolvimento da expansão de projetos de geografia relacionados com o esforço colonial. Alguns geógrafos deslocar-se-iam para os trópicos em missões sistemáticas de carácter científico-pedagógico; outros, como Carlos Alberto e Isabel Medeiros, saíram com intenções de permanência. No plano inverso, externo/interno, todavia, complementar, cresceu o número de saídas para o estrangeiro, por parte de bolseiros, estagiários e de pessoal em outras situações, dando a oportunidade a alguns jovens geógrafos nacionais de irem estudar em grandes centros de referência internacional. Pelo impacte do retorno na comunidade geográfica nacional destaca-se a permanência de Jorge Gaspar em Lund, na Suécia, onde trabalhou com T. Hägerstrand (1916-2004). Dois anos antes do 25 de Abril, o mesmo J. Gaspar defenderia a tese sobre a área de influência de Évora, constituindo, quer pelo tempo, bem como no modo como surgiu, um marco de viragem nas polaridades do pensar e do fazer geografia das décadas seguintes. Como o próprio viria a agradecer no *Prefácio* da citada obra ao seu orientador, Orlando Ribeiro,

<sup>7</sup> Decreto-Lei n.º 443, de 23 outubro de 1971.

<sup>8</sup> Decreto-Lei n.º 205, de 20 junho de 1972.

afirmou: “ter-me sugerido generosamente um tema que ele próprio desejou estudar e sobretudo ter aceitado vê-lo tratar de modo tão diferente daquele que certamente esperava” (Gaspar, 1981, p. 12). Sendo um apontamento notavelmente expressivo, aliás, como já veio a ser referido por L. Gouveia (1995, p. 14), mais do que simbólico, é um enunciado incontornável e fundamental para compreender o próprio período de transição. Entretanto, estimularam-se os contactos estrangeiros diretos, sobretudo, dado ao continuado privilégio da via francófona, de que são referência Pierre Gourou e Suzanne Daveau. Passariam por cá, mais ou menos esporadicamente, outros geógrafos para lecionar entre nós, a exemplo do que já tinha acontecido antes em Coimbra com M. Drain e Y. Leloup, nos anos de 1960.

Da geografia que se continuava a praticar podemos também considerar como referência a evolução das teses de licenciatura que então se faziam, e que, todavia, com a revolução, viriam a tornar-se facultativas e, conseqüentemente, a extinguir-se rapidamente. Recorrendo ao caso de Coimbra, de que se dispõe de uma série de 107 espécimes, realizadas no amplo espectro que medeia os anos de 1929 e 1974 (Campar et al., 2003), o percorrer dos títulos, por si só, ilustra bem o tipo de geografia académica e as suas representações prospetivas, que foram sendo realizadas durante esse vasto período. Como a escolha dos assuntos estava muito enfeudada à personalidade, ao estilo e às preferências dos poucos mestres que as orientavam, os “temas das teses, regra geral, tinha[m] a ver com as terras de procedência dos estudantes (amostra espacial, enquadramentos históricos, biofísicos e económicos, assim como estudos casuísticos e de pormenor (...) modo de vida das pessoas anónimas e as relações entre diferentes estratos sociais, etnográfico” (Campar et al., 2003: p. 15). Estas expressam, também, um traço estético comum, confirmado até pela generalidade das ilustrações e das peças gráficas publicadas, aquilo que poderíamos denominar no plano imagético como uma espécie de geografia *neorrealista*.

A disciplina de geografia, tal como a sociedade portuguesa do anterior regime, que se encontrava acantonada e disciplinada como as demais, por cultivar as matérias de Estado e para o Estado, num certo sentido, subordinava-se aos temas que lhes eram impostos, mas também é inegável que deixava já despontar o interesse por alguns domínios que a sociedade ia reclamando como atuais. A citada série de teses de licenciatura de Coimbra dá-nos bem conta desse evoluir – *i.e.*, *os estudos de população na década de 1940; as pescas e a indústria em 1950/60; indústria em 1960; a emigração nos anos de 1970* (Campar et al., 2003) – enfim, expressão de uma tendência que a democratização da sociedade não deixou de prosseguir. Ainda que traduzida em novos formatos, os trabalhos académicos manteriam a atracção pelos temas adequados à atualidade de cada uma das circunstâncias sociais, políticas, económicas e outras tidas por relevantes.

Mais tarde, primeiro com o desenvolvimento regional, nos anos oitenta, e depois, com o planeamento urbano, o ordenamento e o ambiente, nas últimas décadas do século XX, começa-se a afirmar a geografia aplicada nos *curricula*. Tendência que, depois de se ter imposto até agora, salvaguardando a dificuldade que sempre assiste a quem falta o distanciamento retrospectivo para fazer história, partilha hoje os trilhos com outros enfoques, designadamente, por geografias fragmentadas, mais dispersas e

híbridas, quantas vezes assentes na estrita motivação individual, diríamos, novamente apontadas na direção de uma possível geografia de autor.

Os anos de 1970 evoluirão ao encontro da inevitável cisão epistémico-metodológica, e também de um modo de estar, entre a *geografia física e humana*, desde logo, em 1972, com a separação formal dos doutoramentos pelas duas denominações. As teses de doutoramento defendidas nessa época irão dar conta dessa viragem, dando azo à conhecida expressão atribuída a Orlando Ribeiro que terá sentenciado, em 1978, ter chegado ao fim o tempo dos geógrafos polivalentes e ecléticos (Rebelo, 2003, p. 37). Porém, se a presente dicotomia identitária se iria acentuar, pela nossa parte, diríamos que a diversidade intrínseca ao desenvolvimento do próprio pensamento geográfico prosseguiria, contudo, e agora, debaixo de novos quadrantes e referentes. O crescimento do número de estudantes e do número de geógrafos licenciados, num sentido lato, por si só encarregar-se-ia de evidenciar e promover a diversificação da sua procedência geográfica e social, de alargar o leque de motivações e de proporcionar a crescente impessoalidade dos contactos.

Ainda assim, estamos em crer que a massificação que então assolou a universidade portuguesa, iniciada ainda no final do regime político anterior, e que continuaria a aumentar ininterruptamente no correr deste já consideravelmente longo período da nossa história comum, como já se afirmou, não contribuiu para criar uma nova identidade, tanto na geografia como, em particular, nos geógrafos. É verdade que os números são avassaladores, por exemplo, quando comparamos a quantidade de estudantes das décadas passadas com aquelas que nos são mais próximas, mesmo se equacionadas ao nível dos fatores de contenção demográfica, que têm vindo a esmorecer o ímpeto e a angústia do acesso às universidades. Factos que, todavia, não contrariam o crescimento de geógrafos e graduados similares que demandam o mercado de trabalho. Embora não disponhamos dos números mais atualizados, dir-se-ia que, para fins memoriais, bastaria relevar que o número de geógrafos em 1981 pouco superava o milhar; dez anos depois ascendia a 2600; e, no início do século XX, correspondia já a quatro ou cinco vezes mais (Claudino, 2006; Jacinto, 2003).

Por fim, e ainda que no plano simbólico, o virar dos anos setenta para os oitenta ficaria marcado pelos Acampamentos Nacionais de Geografia. Tendo estas iniciativas começado em Aguada de Baixo – Águeda, em 1977, com um encontro entre estudantes e jovens professores de Coimbra e Lisboa, rapidamente se tornaram numa regularidade, à qual se juntou o Porto em 1980, passando a partir daí a ser organizados rotativamente pelas três “geografias”<sup>9</sup> nacionais. Estes encontros percorreram o País e duraram mais de uma década. Aí se estabeleceram contactos e se partilharam conhecimentos transversais a todo o território continental e insular, incluindo até a presença de colegas espanhóis<sup>10</sup>, tendo constituído um fator de identidade “geracional” inédito e singular entre nós, que começou pela via da amizade e do convívio pessoal.

<sup>9</sup> Os três primeiros acampamentos nacionais de geografia realizaram-se, respetivamente, em Aguada de Baixo/Águeda (org. por Coimbra, em 1977); Castelo de Bode/Tomar (org. por Lisboa, em 1978); e no Gerês/Terras de Bouro (organizado pelo Porto, em 1980).

<sup>10</sup> No Acampamento Nacional de Geografia do Gerês (1980), participaram 3 geógrafos espanhóis, entre os quais se contavam Joaquín González Vecín e Lorenzo Lopez Trigal, da Universidad de León.

#### 4. Os anos de 1980, o cavar das dualidades: dos geógrafos físicos vs. humanos aos professores de geografia vs. geógrafos profissionais

Volvendo incontornavelmente ao húmus académico, enquanto domínio formal de registo das principais transformações operadas na geografia nacional, salientaríamos a revisão dos planos de estudo, devido às imediatas alterações decorrentes da mudança de regime político, onde algum voluntarismo deu azo ao ensaio também de algumas experiências, sobretudo, metodológicas, quanto ao desenrolar do processo de ensino e das aprendizagens. “Extinguiram-se os Cursos de Ciências Pedagógicas, tal como se extinguiram as ‘teses’ de Licenciatura em todos os Cursos de Letras” (Rebello, 1986: p. 8). As experiências entretanto ocorridas, porém, vieram a ser interrompidas em 1978 (Decreto-Lei 53/78) pelo Ministério da tutela, que impôs um currículo uniforme às Faculdades de Letras. As mesmas que, recorde-se, tinham à época o exclusivo da formação de geógrafos em Portugal<sup>11</sup>. Procurou-se então ajustar os cursos de licenciatura ao desenvolvimento tecnológico que se anunciava, mormente ao incremento da investigação que se recomendava e da promoção da *geografia aplicada*, já claramente assumidos nos planos curriculares implementados com a democratização do sistema educativo do País. Com a presente reforma pode-se dizer que se acentuou a divergência entre a geografia universitária, orientada para a investigação e para a prospeção das suas funções e extensões e, por outro lado, a geografia da formação de professores específica, que, a bem dizer, continuava a ser o destino profissional da quase totalidade dos geógrafos. Os cursos de licenciatura, entretanto, viriam a ser reduzidos para quatro anos letivos.

As remodelações e reformas prosseguiriam, sobretudo, subordinadas aos ditames impostos pelas mudanças sociais, cada vez mais experimentais e rápidas, derivadas da massificação do ensino e das conseqüentes alterações da estrutura de emprego. Isto é, passou-se a contar com maior diversidade de segmentos profissionalizantes e, também, sublinhe-se, com o surgimento de novas ofertas concorrentes de ensino superior, quer especificamente interferentes no campo da geografia, bem como na área de empregabilidade para ela vocacionada<sup>12</sup>. Configuraram-se variantes e formatos curriculares de especialização distintos e restaurou-se a formação de professores de geografia destinada ao sistema de ensino em geral.

Os primeiros anos da década de 1980 são intensos de referências para a história da geografia académica portuguesa. Desde logo pela criação dos cursos de Mestrado em Lisboa e Coimbra, orientados para o desenvolvimento de um percurso científico e para progressão da carreira académica. Além de jovens docentes universitários e do ensino politécnico, que então se encontrava em fase de alargamento, frequentavam-no estudantes bolsheiros de investigação, membros de organismos públicos e professores de outros níveis de ensino. A regularização destes cursos de pós-graduação, que então exigiam a defesa de uma dissertação original perante um júri obrigatoriamente plurinstitucional, associada que estava ao crescendo do número de doutorados em

<sup>11</sup> É certo que se ministravam matérias com conteúdos geográficos em outros cursos e instituições, como em Arquitetura, Economia, Ciências Sociais, Engenharias, nas Escolas Naval e do Exército.

<sup>12</sup> vide Portaria de 28 de outubro de 1987, de cujo respetivo anexo veio a ser dado como sem efeito por despacho n.º 37/93, de 18 de novembro de 1993.

geografia, contribuiu para que se desse um salto significativo na qualidade e quantidade da comunidade de investigação geográfica. Diga-se, muito particularmente, porque a própria estrutura de lecionação e orientação permitiu também a troca de experiências com professores e especialistas de outras áreas e instituições, como ainda contribuiu para a intensificação da vinda ao nosso País de professores estrangeiros.

E, no entanto, este período ficou também caracterizado pelo estímulo do debate de ideias, de índole marcadamente teórico-epistemológico, que perpassou a comunidade geográfica em geral, tendo até réplicas ao nível dos programas escolares do sistema de ensino. Se é verdade que não se tratou propriamente de uma novidade, porque em torno dele, já há algum tempo, se mobilizavam as ciências sociais nas universidades ocidentais e europeias – embora entre nós tivesse chegado um pouco mais tarde, a propósito do debate cruzado entre a geografia dita “clássica” e a “nova” geografia – a verdade é que daqui resultou o “interesse do conhecimento prático das suas potencialidades [que] foi crescente no sentido da procura fundamentada de um diagnóstico para o desenvolvimento harmonioso do território” (Oliveira, 2003, p. 28). Este ambiente tomou conta dos novos projetos de investigação, sobretudo, suscitados pelos apelos exteriores de um movimento social, em geral, que favorecia as novas conceções e correntes recentes da geografia, oportunas à sua afirmação social (planeamento, geografia eleitoral, regionalização, etc.). A propósito, recordamo-nos ainda hoje, enquanto estudantes, de ter assistido a um vivo debate no correr do II Colóquio Ibérico de Geografia, realizado em Lisboa (1980), e que nos deixou uma forte impressão. Nesse evento, Orlando Ribeiro não se inibiu de ironizar a respeito dos efeitos produzidos pela divulgação alargada do famoso modelo de W. Christaller aos participantes do Colóquio: “... um bom padrão para gravatas!” Vivia-se, então, um empolamento teórico militante que opunha os geógrafos ditos *clássicos* aos teóricos da *nova geografia*, polémica que, na circunstância, se saldou por uma síntese conciliadora no discurso final de encerramento proferido pelo catalão, J. Vila-Valentí.

Aliás, desde essa altura, os colóquios e os eventos passaram a suceder-se com maior frequência. Desde logo os Ibéricos, que tiveram sucessivamente por palco Coimbra, em 1986, e o Porto, em 1992. Curiosamente, como notou J. Malheiros (1999, p. 127), os encontros científicos nacionais precisariam de mais tempo para se afirmar face à precedência dos anteriores.

O debate centrado na epistemologia da geografia, e que observou notáveis desenvolvimentos neste período em outras paragens e comunidades congéneres, algumas bem próximas das afinidades dos geógrafos portugueses, não mereceu, porém, particular expressão entre nós, para além do engajamento já apontado, *clássica/nova* geografia. Referimo-nos concretamente ao debate que se associou à denominada corrente das *geografias radicais* e de teoria/epistemologia da geografia que, em Portugal, praticamente são reportáveis às reflexões e aos estudos divulgados por António Gama, de Coimbra, e à única tese de doutoramento, conceptualmente marxista, defendida em 1985 por João Ferrão na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Sem que, ainda assim, como notou J. Gaspar (1983, p. 317), a geografia, neste caso, a humana, experimentasse um desenvolvimento relativamente harmonioso, em simultâneo, entre as abordagens quantitativas e marxistas, demonstrado na evidência

de alguns dos presumidos “radicais” usarem e terem internalizado as ferramentas e técnicas de abordagem positivista e neopositivista.

Com efeito, nem a *nova geografia* se pode dizer que era revolucionária, porque da *Radical* muito pouco plasmou para os escritos e as intervenções dos geógrafos, nem a revolução propriamente dita contagiou a geografia nacional. Com efeito, para além de honrosas exceções, dir-se-ia que houve apenas a oportunidade derivada de um desajustamento temporal que fez coincidir os efeitos das crises sociais e políticas da década de sessenta com o processo revolucionário de Abril de 1974. Situação, diga-se, habitualmente recorrente na nossa História coletiva. De facto, aquilo a que assistimos, sobretudo, a partir da segunda metade da década de oitenta, tem mais a ver com uma maior afirmação do geógrafo enquanto profissional e como individualidade de competências liberais, do que justamente como um transformador ou reformador da sua ciência. Ganhará então maior visibilidade a expressão técnica do geógrafo nos gabinetes de planeamento e consultadoria, em boa parte devedores do dinamismo e vigor da autonomia autárquica, e do conseqüente reforço do poder local, saído de Abril, que favoreceu as condições de contratação de geógrafos e de uma maior apetência da parte de inúmeras câmaras municipais por serviços geográficos. Diretamente, ou através de gabinetes e empresas, foi desenvolvido um perfil com base nessa procura específica. Se é certo que a notoriedade social e a credibilidade profissional do geógrafo cresceram com a liberalização do trabalho técnico superior, a verdade é que, concomitantemente, as reformas do ensino básico e secundário procederam à redução do peso curricular da geografia – recorde-se o famoso “hiato” do 8º ano, decorrente da supressão da geografia nesse ano de escolaridade – e, de um modo geral, à diluição curricular e disciplinar da geografia no sistema de ensino. Em suma, a geografia nobilitava-se nos níveis técnicos superiores, ganhando credibilidade e visibilidade profissional, mas diminuía de importância ao nível da educação, reduzindo a importância corporativa da maioria absoluta dos seus oficientes, os Professores do Ensino Secundário, isto é, junto do grande público, perdendo interesse e popularidade.

Como corolário da anterior distensão, em 1987, surgem as associações profissionais, primeiro a Portuguesa de Geógrafos, mais ligada à universidade e aos geógrafos liberais, e praticamente ao mesmo tempo, a dos Professores de Geografia, fundada na Escola Secundária da Amadora pelos Professores do Ensino Secundário. Estas duas associações, que inicialmente disputavam entre si a área de influência, todavia, centrando a sua ação em prioridades distintas, respetivamente, a dos *Geógrafos*, na promoção profissional do geógrafo no planeamento e ordenamento do território, e a dos *Professores*, na salvaguarda da disciplina nos currículos e nos interesses neossindicalistas dos docentes, com o decorrer do tempo, passaram a cooperar entre si. Embora hoje ainda se mantenham distintas, dedicando-se às tarefas de representatividade para que estão convocadas, com o evoluir do processo de consolidação centraram a sua ação na organização de eventos como colóquios, em proceder à edição de publicações, a desenvolver ações de formação contínua e complementar, bem como a executar outras atividades associativas e profissionais promotoras da geografia e dos geógrafos na sociedade.

Saliente-se que foi neste mesmo período, de meados dos anos 1980, que o recurso a instrumentos informáticos começou a tomar conta das diversas metodologias e expressões gráficas até então usadas. Dez anos depois, viria a ocorrer a socialização instrumental aos SIG e a afirmar-se o interesse pela *deteção remota/teledeteção*, como uma espécie de inevitabilidade do ser-se geógrafo. Mas, talvez por isso mesmo, mais importante do que a modernização tecno-instrumental específica para compreender a evolução identitária dos geógrafos e da sua crescente afirmação social e profissional, terá sido a criação de novas ofertas formativas de geografia em outras universidades, bem como, pelo mesmo efeito expansivo, a proliferação de graduações/licenciaturas em áreas transversais e afins, cujos *outputs* profissionalizantes passavam agora a concorrer diretamente com os tradicionais centros de formação da disciplina, que vieram definitivamente demonstrar que a geografia também poderia ser feita por não geógrafos.

Para além dos efeitos de consolidação da geografia do Porto, que começava a lançar diretamente os seus primeiros graduados no mercado de trabalho, incidentemente na vasta área compreendida a Norte de Coimbra, o início da década de oitenta trará consigo a criação do Curso de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa (1980) e o Curso de Planeamento Regional e Urbano na Universidade de Aveiro (1983). Todavia, a oferta formativa específica não ficaria por aqui.

## 5. O virar do século: das tais *insularidades* de que se fala

Para compreender melhor este período, que une o processo geográfico de disseminação da formação geográfica ao aumento generalizado do ensino superior em Portugal, deve-se, porém, ainda juntar toda a oferta de disciplinas/unidades curriculares de geografia lecionadas aos demais cursos universitários e de ensino superior politécnico, tanto públicos como privados.

A geografia do virar do século em Portugal pautar-se-á então por uma maior diversificação de atores e de meios, e, naturalmente, por um crescente policentrismo, dir-se-ia, mais politésta dos lugares e dos referentes onde esta se faz, se desenvolve e divulga, do que propriamente do *monoteísmo* disciplinar passado que a identificava com uma comunidade precisa e reconhecível, ainda que pouco numerosa.

Volvendo de novo ao referente académico, para nos situarmos nas representações formais mais recentes da especialidade, apontaríamos a progressiva e generalizada adaptação das pós-graduações em geografia às temáticas do ordenamento e do desenvolvimento (Gama, 2003, p. 72). Tratar-se-á de uma resposta expectável face à difusa, mas estruturante, demanda do aparelho económico-mediático dominante, que tem vindo a interpretar a função social da universidade como um mero reprodutor do sistema, incutindo, aliás, através do modelo desvitalizante de financiamento do ensino superior público, a finalidade incontornável da relação direta e instrumental entre a formação e a subsequente arregimentação laboral dos estudantes ao mercado de trabalho.

Por outro lado, a palavra de ordem que acompanhou a *destropicalização* dos currículos (diminuição/reorientação das geologias, antropologias e etnologias), e que

ainda resistiu até ao início da década noventa, transitava agora para o apelo europeu, sob a hegemonia de um ideário de construção da união política, reorientando assim o envolvimento dos atores (estudantes e professores) para uma crescente internacionalização, tendencialmente europeia, no plano da reciprocidade. Também por aí, a escala local, que é simultaneamente global, formataria uma nova gama de interesses adaptada às exigências desenvolvimentistas, integradoras das comunidades e das populações. Os temas de estudo que, no passado, genericamente se espantavam pelo território, tenderiam agora a distinguir-se entre si sob critérios cada vez mais temáticos e utilitários. Na verdade, a transversalidade dos novos objetos de estudo abria a porta, digamos assim, à rutura com uma visão estritamente bidimensional do território, tão bem exemplificada pela crescente rarefação da cartografia convencional nos trabalhos geográficos recentes.

No final dos anos de 1990, adiantaríamos que é de novo um grande congresso, de nível internacional, da UGI (Lisboa, 1998), que pode eventualmente ajudar a balizar alguns dos ritmos mais marcantes da geografia portuguesa, sobretudo, pelo modo como mobilizou coletivamente a comunidade geográfica nacional. Como resultado, aprofunda-se então o alargamento das redes de contactos e o estímulo à internacionalização académica, que passa a ser o atrator privilegiado das energias individuais. Será também, a partir daqui, de um modo mais notório, que se reforçará a conceção funcional e gerencialista da ciência e do conhecimento, associada ao cultivo finalístico dos critérios de avaliação, baseados na produtividade, que já vinham sendo anunciados desde os anos de 1970 (Malheiros, 1999, p. 117). Isto tudo ao mesmo tempo que se fazia sentir uma crescente consciência de periferização da nossa condição geral de portugueses face aos novos centros europeus do saber e de concentração do capital científico.

A geografia portuguesa, porém, continuaria a crescer e a disseminar-se pelo território nacional ao ponto de, na expressão assertiva de J. Malheiros (1999, p. 118), poder ser denominada de um “Arquipélago Geográfico Nacional”, acrescentaríamos, de pequenas ilhas e ilhéus. Como o autor bem nos elucida sobre o estado da disciplina e dos seus oficiais no virar de século, ainda que, como os demais, enfermando do privilégio universitário, o relevo da análise foi inevitavelmente para o impacto criado pela abertura de novos departamentos e cursos. Com efeito, em 1995 foi criada a licenciatura de Geografia e Planeamento na Universidade do Minho (Guimarães); em 2000 é criada, pela primeira vez numa instituição privada, com continuidade, o Curso de Geografia e Desenvolvimento da Universidade Lusófona (Lisboa); e, em 2003, surgiu, em Évora, a geografia em parceria com áreas afins. No geral, como vinha acontecendo, acentuou-se a criação de novos projetos de ensino subordinados a finalidades temáticas, tais como a paisagem, as engenharias e gestão do território, o ambiente, etc., quantas vezes merecendo o concurso e a colaboração de geógrafos que se espalharam pelo País com essa finalidade.

No final do século XX, a geografia e os geógrafos portugueses apartaram-se entre *físicos* e *humanos*, com vantagem para estes últimos, que são a maioria (Malheiros, 1999, p. 122) Acrescentando o mesmo autor que, sendo o setor maioritariamente feminino, a(o)s geógrafa(o)s, expectavelmente, também, se constituíram, em simultâneo, como a expressão de envelhecimento desta franja ativa nas ciências sociais.

Por seu turno, os jovens geógrafos, apesar de tudo, à medida que iam paulatinamente integrando o mercado de trabalho, embora em situação cada vez mais precária desde 2004 (Claudino, 2006), enfrentaram pela primeira vez o problema estrutural da crise de emprego no nosso tempo, que passou a ser o principal fator de agravamento geral das condições de trabalho e que se assiste em todos os setores e especialidades congêneres.

A geografia continuaria a ocupar um lugar “semi-periférico” relativamente às outras ciências, não só relativamente às engenharias, à arquitetura, e às ciências naturais, sobretudo, no domínio do conhecimento aplicado, mas também, face à esfera “geopolítica” das ciências sociais e humanas. Aliás, uma das memórias mais gratas e interessantes que guardamos da visão portuguesa desta realidade, diríamos, do mapa epistémico-profissional geográfico em que nos integramos, recolhemo-la de uma conferência proferida por João Ferrão<sup>13</sup>, em Lisboa no ano de 1990, onde, a partir de uma metáfora inspirada sobre o célebre texto de Jorge Dias, titulado os “Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa” (1950), Ferrão estabeleceu um paralelo existencial entre a geografia e Portugal, comparando a nossa ciência nos contextos relacionais e psicossociais das disciplinas que lhe são mais próximas. Isto é, do mesmo modo que Portugal é um pequeno País, relativamente à Espanha (*História*), à Alemanha (*Sociologia*), etc., estabelece relações através da Zona Económica Exclusiva de Águas Marítimas (*Geomorfologia*), que afirmam as diferenças de identidade face às demais nações com que confina e nos potenciam no espaço europeu.

Para além disso, verifica-se então que a geografia deixa de ser cada vez mais uma exclusividade dos geógrafos. Se é verdade que estes continuariam a viver muito centrados na sua própria esfera de influência, as demais disciplinas científicas, como as engenharias, o ambiente, as ciências naturais, a sociologia, etc., vieram a intervir cada vez mais em áreas até há bem pouco aparentemente estranhas ao seu húmus de investigação, não se coibindo de afirmar pontos de vista charneira, que supostamente seriam exclusivos da lavra da geografia e dos geógrafos.

De facto, se é verdade que os geógrafos persistem em demonstrar uma grande capacidade de participação inter e multidisciplinar, ainda que, tantas vezes, com reconhecimento aquém do que seria expectável, já internamente os níveis de produção conjunta, nos diferentes arrolamentos em que se integram e com que se identificam (universidade/ensino secundário; academia antiga/nova; Norte/Sul; física/humana; Lisboa/*província*; humana/“cultural”, e outros conjeturáveis) deixa supor, como afirmou Malheiros (1999, p. 126), inúmeras vezes, um “posicionamento fragmentário e localista”, revelador de certos imperialismos, bairrismos e insularidades que se adivinham.

O novo século dos planos da educação geográfica e da formação de geógrafos, arrancará com novas inquietações e desafios. Além da diminuição do peso curricular e da frequência da geografia no sistema geral de ensino, realidade que seguramente tem contribuído para o esbatimento da imagem social da geografia no âmbito da cidadania e do senso-comum, no ensino superior, a denominada “reforma de Bolonha”

<sup>13</sup> João Ferrão – Ser Português, Ser Geógrafo – Conferência a convite da Associação de Professores de Geografia, proferida no Liceu Camões, Lisboa, 19 de Abril de 1990.

(1999), tendente a impor um espaço único de Ensino Superior Europeu, não veio contribuir para o maior desenvolvimento do ensino e da investigação que se anunciava. Antes serviu para dramatizar um cenário de *Benchmarking* assente na especialização e concorrência das ofertas científico-pedagógicas, tendente a sobrelevar as finalidades da competição à cooperação do passado (Salgueiro, 2005).

De facto, os projetos de ensino e de investigação passariam a estar sujeitos a todo um conjunto de demandas acrescidas e oneradas, tantas vezes meramente formais e seletivas, que vieram acompanhadas de uma diminuição drástica dos recursos. Do *neoliberalismo* dominante ao fim do estado providência, as escolas e as universidades parecem estar a encaminhar-se para uma realidade redutoramente contabilista e hoclócrata (*o poder indiferenciado da multidão*).

Será politicamente correto afirmar que as dificuldades geram sempre novas oportunidades e desafios, mas também não é menos verdade que a desproporção entre os elementos e as condições em presença parecem de tal modo divergir entre si que se reduzem a um *cliché* vazio de sentido para todos os que se sentem excluídos.

O novo século abriu-se, também, clamorosamente com o desenvolvimento fantástico das TICs, das redes eletrónicas de comunicação (os SIG/RS, GPS, *dataloggers*, as bases de dados e as bibliotecas virtuais, os *googleearth/virtualearth*, etc.), enfim, de toda uma parafernália de meios e recursos que alteram a realidade que havia por conhecida, e que, sem nos desviarmos do assunto, verificamos, veio convergindo para ampliar uma reconfiguração geral do paradigma das relações humanas, pelo menos, tal como o concebeu J. Habermas, na sua já célebre *Sociedade da Informação*, com inevitáveis recuos do chamado *espaço público*.

No plano da geografia nacional, para o intervalo de tempo considerado, merecem relevo dois projetos do final da primeira década do século XXI, totalmente inéditos na história da geografia portuguesa. As criações do Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), que conjugava as universidades de Coimbra, Porto e Minho (2008), e o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), uma nova Unidade Orgânica da Universidade de Lisboa (2009), criada a partir do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e do Centro de Estudos Geográficos.

Embora institucionalmente diferentes na sua natureza e alcance orgânico-institucional, estes projetos inscreveram-se claramente numa estratégia de expressão nacional. Ambos visaram afirmar um dimensionamento que pretenderia obter a densidade crítica e a disposição de recursos adequados à escala global que hoje em dia se impõe. Os desafios continuam ambiciosos, sobretudo, no plano da constituição e do alcance com que se fundaram. O IGOT é uma escola de base essencialmente monodisciplinar, integrada numa única universidade, e o CEGOT é um centro de investigação que junta os geógrafos de mais de três universidades distintas.

Por fim, não poderíamos deixar de reter uma nota distintiva e auspiciosa do evento nacional que deu pelo nome de *Festa da Geografia*, criada em 2007 no município transmontano de Mirandela, testemunho do alcance e das potencialidades criativas da comunidade geográfica nacional, dir-se-ia exemplar no modo como uma disciplina científico-didática pretende diretamente associar-se ao desenvolvimento de uma comunidade.

Para a geografia portuguesa, prosseguiriam os novos programas de intercâmbio científico-académico de mobilidade; os novos temas e métodos, que estão tantas vezes para além da materialidade e modernidade do território, procurando incrementar contactos mais amplos, que percorrem e sofrem as vertigens de sempre. Os geógrafos, quer pela condição e/ou, certamente, pelas suas qualidades pessoais<sup>14</sup>, tais como os demais, certamente mais livres, vão aqui e ali dando uma maior visibilidade de afirmação das competências que lhes são intrinsecamente comuns.

Enfim, para terminar e glosando Ferrão, estamos convictos que a geografia enquanto antiga e diversificada área do conhecimento que é, tal como nós, portugueses, o somos também, estamos convictos que ambos saberão adaptar-se e transformar os tempos que virão, mesmo sabendo que estes tempos não são favoráveis a uma grande parte das previsões, ou tão-somente, dos sonhos que sempre permanecem. Voltando ao princípio, como começamos, uma certeza temos, a de que só podemos continuar a falar de futuro se tivermos, pelo menos, a consciência de um passado comum. Claro que o passado mais difícil de falar é sempre aquele, como já o dissemos, que nos está mais próximo, aquele que disputa com o presente essa necessidade de sermos únicos, dos atores que somos todos nós, que têm a humana ambição de querer intemporalizar a projeção do “seu tempo”. Mas essa, diga-se, é já também uma outra história.

## Bibliografia

- Alegria, M. F. (1999). Valores intrínsecos e extrínsecos da geografia como disciplina curricular. Em *Actas do III Congresso da Geografia Portuguesa* (pp. 577–582). Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos.
- Almeida, A. C. d., & Gama, A. (2003). Geografia: Conhecimento do espaço e cidadania. Em A. C. d. Almeida, A. Gama, F. D. Cravidão, L. Cunha & R. Jacinto (Ed.), *Fragmentos de um retrato inacabado – A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país* (pp. 85–89). IEG-CEG-FLUC.
- Almeida, A. C. d., Gama, A., Cravidão, F. D., Cunha, L., & Jacinto, R. (2003). Coimbra, o país, o mundo: Geografia em mudança. Em A. C. d. Almeida, A. Gama, F. D. Cravidão, L. Cunha & R. Jacinto (Ed.), *Fragmentos de um retrato inacabado – A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país* (pp. 13–17). IEG-CEG-FLUC.
- Almeida, A. C. d., Gama, A., Cravidão, F. D., Cunha, L., Martins, P. F., & Jacinto, R. (2006). *Alfredo Fernandes Martins – Geógrafo de Coimbra, Cidadão do Mundo*. IEG-CEG-FLUC.
- Amaral, A. (1999). Ilídio do Amaral – Notas curriculares resumidas. *Finisterra*, 34(67–68), 11–12.
- Amaral, I. (1982). Apontamentos para a história do ensino universitário de geografia em Portugal. Em *II Colóquio Ibérico de Geografia* (pp. 135–138, Vol. 1). Centro de Estudos Geográficos, Universidade Clássica de Lisboa.
- Amaral, I. (1973). *Livro-Guia do Curso de Geografia, 1973–1974*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Bandeira, M. S. M. (2003). Geografia, cultura e participação política. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I*, 19, 441–446.

<sup>14</sup> João Ferrão, Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades do XVII Governo Constitucional (entre março de 2005 e 2009).

- Capel, H. (2007). Jorge Gaspar y el oficio de geógrafo. Em A. Esteves (Ed.), *Geophilia – o sentir e os sentidos da Geografia. Homenagem a Jorge Gaspar* (pp. 63–73). Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Cavaco, C. (1992). Ensino e investigação da geografia em Lisboa. *Inforgeo*, 4, 95–98.
- Claudino, S. (1990). A geografia no ensino secundário: Da construção da nação burguesa do século XIX ao Portugal (Europeu) de hoje. Em AA.VV. (Ed.), *Actas do IV Encontro Nacional de Professores de Geografia*. Associação de Professores de Geografia.
- Claudino, S. (2000). O ensino da geografia em Portugal. *Inforgeo*, 15, 169–190.
- Claudino, S. (2005). A Situação Actual da Geografia e dos Geógrafos Portugueses: uma perspectiva.
- Cunha, L., Fernandes, R. G., & Figueiredo, R. F. d. (1998). *Homenagem ao Doutor J. M. Pereira de Oliveira* (Vol. 17). Cadernos de Geografia.
- Cunha, L., Nunes, A. A., & Paiva, I. (2003). Geografia, ensino e aprendizagem: A geografia no seu lugar – viagens de estudo e trabalho de campo. Em A. C. d. Almeida, A. Gama, F. D. Cravidão, L. Cunha & R. Jacinto (Ed.), *Fragmentos de um retrato inacabado – A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país* (pp. 49–51). IEG-CEG-FLUC.
- Daveau, S. (2004). Les géographies du Portugal écrites en français (XIXe et XXe siècles). *Sud-Ouest Européen*, 18, 5–11.
- Fernandes, M. G. (1990). Contribuição para a caracterização da investigação do curso de geografia do Porto. Em J. M. Pereira de Oliveira (Ed.), *Geografia Actual – Teoria e Aplicação*. FLUC.
- Ferrão, J. (1985). *Indústria e valorização do capital: uma análise geográfica* [tese de dout., Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa] [Tese de Doutoramento não publicada].
- Ferrão, J. (2010). Investigação em Geografia no Âmbito das Ciências Sociais e Humanidades [Documento preparado para a 1ª reunião do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades].
- Ferreira, A. B. (2005). Tendências da Geografia Física nos últimos cinquenta anos. Em A. Esteves (Ed.), *GEOPHILIA – o sentir e os sentidos da Geografia* (pp. 87–98). Centro de Estudos Geográficos.
- Fonseca, L. (2006). Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer. Em L. Fonseca (Ed.), *Homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco* (p. 362). CEG-UL.
- Gama, A. (1984). Geografia e Civilização: A propósito da teoria geográfica na obra de Orlando Ribeiro. Em *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro* (pp. 77–88, Vol. 1). Centro de Estudos Geográficos.
- Gama, R., Tomás, P., & Rochette, A. (2003). Geografia: Percursos e práticas recentes. Em A. C. d. Almeida, A. Gama, F. D. Cravidão, L. Cunha & R. Jacinto (Ed.), *Fragmentos de um retrato inacabado – A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país* (pp. 71–73). IEG-CEG-FLUC.
- Garcia, J. C. (1997). Suzanne Daveau: Vida e obra geográfica. *Finisterra*, 32(63), 11–44.
- Garcia, J. C., Aurindo, M. J., Pimenta, J. R., & Azevedo, A. F. d. (2006). Comemorar Silva Telles e os 100 anos do Ensino Superior da Geografia em Portugal. *Inforgeo*, 18/19, 9–17.
- Gaspar, J. (2005). 45 Anos de Geografia. *Finisterra*, 40(79), 35–46.
- Gaspar, J. (2007). Da geografia ao ordenamento do território: As lições de um percurso [https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24572.htm]. *Scripta Nova*, 11(245(72)).

- Gaspar, J. (1983). Portuguese human geography: from origins to recent developments. *Progress in Human Geography*, 9(3), 315–330.
- Gaspar, J. (1985). A variante de geografia e planeamento regional e local da Licenciatura em Geografia. *Revista da Faculdade de Letras*, 3, 219–223.
- Gaspar, J., Abreu, D., Ferrão, J., & Fonseca, L. (1984). Um poliedro complexo: Olhar sobre a estrutura científica do Centro de Estudos Geográficos. Em *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro* (pp. 37–58, Vol. 1). Centro de Estudos Geográficos.
- Gaspar, J., & Medeiros, C. A. (1982). A organização do curso de Geografia na Faculdade de Letras de Lisboa depois de 25 de Abril de 1974. Em *II Colóquio Ibérico de Geografia* (pp. 181–194, Vol. 1).
- Gil, A. (2009). O geógrafo: Da universidade ao mercado de trabalho. Em *Cadernos do Curso de Doutoramento em Geografia* (pp. 167–188). FLUP.
- Gouveia, L., Coelho, J., Santos, M., & Choupina, F. (2003). Ensino e Difusão da Geografia. Em A. C. d. Almeida, A. Gama, F. D. Cravidão, L. Cunha & R. Jacinto (Ed.), *Fragmentos de um retrato inacabado – A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país* (pp. 67–69). IEG-CEG-FLUC.
- Gouveia, L. (1995). Reflexões sobre a geografia e o Ensino da Geografia na segunda metade do século XX. Em APG (Ed.), *A Geografia Portuguesa: debater as mudanças, preparar o futuro* (pp. 11–24).
- Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa. (2008). Projecto de Desenvolvimento Científico e Pedagógico do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT-UL) [41 pp.].
- Jacinto, R. (2003). Uma comunidade e o seu perfil. Em A. C. d. Almeida, A. Gama, F. D. Cravidão, L. Cunha & R. Jacinto (Ed.), *Fragmentos de um retrato inacabado – A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país* (pp. 59–65). IEG-CEG-FLUC.
- Malheiros, J. M. (1999). Contos de uma Ciência Periférica: Inovação, Internacionalização e Indisciplin(ri)dade na Geografia Portuguesa. Em *III Congresso da Geografia Portuguesa* (pp. 117–130). Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos.
- Medeiros, C. A. (1999). Homenagem a Ilídio do Amaral. *Finisterra*, 34(67–68), 5–9.
- Medeiros, C. A. (1997). Homenagem a Suzanne Daveau. *Finisterra*, 32(63), 5–6.
- Moreira, R. F. d. S. (1992). Curso de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1972–1988). *Inforgo*, 4, 99–107.
- Moreno, L. (2006). Carminda Cavaco – sentidos e contextos de uma singular vida académica e científica. Em L. Fonseca (Ed.), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer* (pp. 19–57). CEG-UL.
- Oliveira, J. M. P. d. (2003). Da evolução dos estudos geográficos na Universidade de Coimbra. Em A. C. d. Almeida, A. Gama, F. D. Cravidão, L. Cunha & R. Jacinto (Ed.), *Fragmentos de um retrato inacabado – A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país* (pp. 23–31). IEG-CEG-FLUC.
- Oliveira, J. M. P. d. (1999). Encruzilhada da Geografia. *Finisterra*, 34(67–68), 31–35.
- Rebelo, F. (2003a). A Investigação geográfica em Coimbra. Em A. C. d. Almeida, A. Gama, F. D. Cravidão, L. Cunha & R. Jacinto (Ed.), *Fragmentos de um retrato inacabado – A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país* (pp. 33–41). IEG-CEG-FLUC.
- Rebelo, F. (2003b). Reflexões sobre o Ensino Universitário da Geografia em Portugal – Exemplo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a propósito do seu 75º aniversário. *Cadernos de Geografia*, 5, 3–13.
- Ribeiro, O. (1989a). Cinquenta Anos de Vida Científica e Universitária. Em *Opúsculos Geográficos, vol. I – Síntese e Método* (pp. 409–421). Fundação Calouste Gulbenkian.

- Ribeiro, O. (2003). *Memórias de um Geógrafo*. Edições João Sá da Costa.
- Ribeiro, O. (1989b). Pensamento geográfico: reflexões conclusivas. Em *Opúsculos Geográficos, vol. II – Pensamento Geográfico* (pp. 431–445). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Roxo, M. L., Pereira, J. V., Santana, A. P., & Nogueira, H. G. (2003). O corredor e a sala de aulas: Espaços de ensino da Geografia. Em A. C. d. Almeida, A. Gama, F. D. Cravidão, L. Cunha & R. Jacinto (Ed.), *Fragmentos de um retrato inacabado – A geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país* (pp. 45–47). IEG-CEG-FLUC.
- Salgueiro, T. B. (2005). A geografia universitária em época de benchmarking. *Finisterra*, 40(79), 137–150.
- Simões, J. M. (2007). Jorge Gaspar: Geógrafo, professor. Em A. Esteves (Ed.), *Geophilia – o sentir e os sentidos da Geografia. Homenagem a Jorge Gaspar* (pp. 17–61). Centro de Estudos Geográficos.
- Universidade de Lisboa. (2008). Projecto de Desenvolvimento Científico e Pedagógico do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT-UL) [41 pp.].

